

Análise de Redes Sociais e Existência de Capital Social em um Projeto de Desenvolvimento Local

Ariadne Scalfoni Rigo – Mestre
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
ariadnerigo@yahoo.com.br

Rezilda Rodrigues Oliveira – Doutora
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
rezilda.rodrigues@gmail.com

Resumo

Faz-se uma análise de redes sociais (ARS), focalizando as conexões identificadas nos relacionamentos mantidos por relevantes atores (instituições e lideranças) envolvidos na implementação de um projeto piloto de desenvolvimento local sustentável promovido pelo SEBRAE em uma comunidade recifense, no período de 2004 a 2005. A intenção foi verificar a existência de capital social entre esses atores, pelo exame das interações e da influência que exerceram no decorrer do processo de intervenção focalizado e nos resultados por ele alcançados. O estudo tem natureza qualitativa, combinado com o emprego de instrumentos quantitativos na identificação dos atores relevantes e na construção da rede de relacionamentos. Como resultado, a ARS aponta para um misto de características que vão de um nível mínimo a um máximo de capital social existente entre eles, evidenciando um *continuum* concentrado em ações cooperativas tanto táticas como estratégicas na implementação do projeto em questão. Assim, reciprocidade, busca de parceria e preocupação com o bem-estar da comunidade foram encontrados em estreita convivência com atitudes de auto-interesse e divergências metodológicas quanto ao trabalho empreendido pelo SEBRAE nessa comunidade.

1 Introdução

Este trabalho se insere na temática das relações da Sociedade Civil, as Relações Setoriais e Intersetoriais. Trata-se de uma abordagem que envolve atores sociais e institucionais envolvidos direta e indiretamente com agendas políticas do Estado, trabalhando-se com o eixo da produção de capital social, de modo a se engendrar um círculo virtuoso entre os participantes de um projeto de desenvolvimento local, capaz de elevar os níveis de cooperação, confiança, solidariedade, civismo e bem-estar coletivo.

A verificação do capital social em processos de desenvolvimento local, de acordo com Milani (2004), ganhou força a partir da década de 1990 diante de práticas incoerentes de desenvolvimento que acabaram por denunciar a ineficiência da concepção economicista de desenvolvimento baseada apenas no aumento da renda. Como verdadeiro paradigma, o capital social obtido pela participação e envolvimento da comunidade na transformação da sua realidade, ainda que iniciada por entidades externas, passou a ser condição para efetividade do desenvolvimento (BUARQUE, 1999; DALLABRIDA, 2000; BANDEIRA, 2000; LLORENS, 2001; LIMA, 2001; PERES, 2000). Nesse sentido, a incorporação e o protagonismo de novos atores sociais em processos de desenvolvimento local são fontes de especulação, uma vez que o capital social porventura existente pode estar inativo ou ser contraproducente, visto que as intervenções institucionais têm potencial tanto para construí-lo quanto para destruí-lo (FREY, 2003). Neste caso, entendeu-se também que o desenvolvimento local é, em grande parte, função da endogenia e da participação efetiva de atores que integram esse processo.

A partir desses pressupostos, o estudo explora um caso concreto, extraído de uma experiência levada a efeito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), durante a implementação do Projeto SEBRAE para o Desenvolvimento

Sustentável em Áreas Metropolitanas (URBE), que objetivou a redução de desigualdades e da pobreza urbana, por meio da inclusão social e da cooperação, focando a capacitação de lideranças locais e a geração de capital social endógeno nas comunidades objetos da sua intervenção (SEBRAE, 2003). Sob esse prisma, o estudo da participação da comunidade nesse projeto foi fundamental para que se fizesse uma análise de redes sociais (ARS), de modo a verificar a existência de capital social entre esses atores, pelo exame das interações e a influência que exerceram no decorrer do processo de intervenção focalizado e nos resultados por ele alcançados.

O URBE foi proposto como projeto piloto e implementado em sete regiões metropolitanas do país: 1) Belém – PA; 2) Belo Horizonte – MG; 3) Goiânia – GO; 4) Porto Alegre – RS; 5) Rio de Janeiro – RJ; 6) Recife – PE; e 7) Natal - RN. A Unidade do SEBRAE em cada uma destas capitais ficou responsável pela escolha dos bairros ou comunidades a sofrerem a intervenção do projeto URBE. É interessante notar que, para o SEBRAE, as áreas detentoras de um dinamismo sócio-econômico considerável dispensavam o tipo de intervenção a que o projeto URBE se propunha, da mesma forma que àquelas onde não se verificasse qualquer potencial para o desenvolvimento de atividades produtivas que pudessem contar com a participação da comunidade no delineamento dos objetivos e ações a serem executadas. O argumento era de que os recursos humanos e materiais investidos pelo projeto nos territórios com essas características poderiam ser desperdiçados.

No Recife, dentre as comunidades a serem beneficiadas, escolheu-se a de Caranguejo Tabaires, onde chamava a atenção o elevado número de instituições que já desenvolviam trabalhos em tal localidade, algumas com parcerias internacionais. Na pesquisa, entretanto, trabalhou-se apenas com as mais relevantes para a implementação do projeto URBE nessa localidade, tendo-se identificado seis instituições. Na comunidade Caranguejo Tabaires viu-se, ainda, que atuavam várias lideranças comunitárias, tendo sido identificadas sete lideranças com maior poder de influenciar o andamento do projeto URBE. Essa diversidade de atores exigiu do SEBRAE considerável habilidade em mobilizar todos em torno do projeto URBE, sendo esse papel importante, sobretudo quando se sabe da falta de estruturas e instituições de governança local apropriadas para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local (FREY, 2003).

Diante dessa perspectiva, procurou-se investigar se existia capital social na rede de relacionamentos formada entre os atores relevantes para o projeto URBE implementado na comunidade Caranguejo Tabaires, encadeando duas ações básicas: identificar os atores mais relevantes e a rede de relacionamentos que foi constituída no contexto de referência estudado. Isto foi viabilizado pela utilização da ARS, importante instrumento para se desenhar processos de construção de capital social (CLARK, 2006), ante diversas situações ou questões sociais envolvidas. O argumento em prol da ARS é de que a visualização das relações e posições dos atores na estrutura (rede) pode explicar vários fenômenos atinentes a tais processos (MARTELETO, 2001).

Na organização deste trabalho tem-se o seguinte roteiro: a) expõem-se as principais abordagens teóricas que embasaram as investigações: capital social e análise das redes sociais; b) descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, especificamente os instrumentos utilizados na identificação dos atores e na construção da rede de relacionamentos; c) discutem-se os resultados obtidos, evidenciando a existência de capital social, algumas dificuldades e obstáculos para a sua mobilização e consolidação, bem como a influência exercida pelos atores nos processos atinentes ao projeto URBE; e d) apresentam-se as conclusões a que se chegou a pesquisa.

2 Referencial teórico

2.1 Capital social

Conquanto não existam “certezas” acerca da origem do termo capital social, Putnam (2000) aponta que Lyda Hanifan, em 1916, estabeleceu ligações deste com elementos intangíveis da vida cotidiana, tais como camaradagem, simpatia e boa vontade. Putnam (2000) que deu grande projeção ao tema, pela pesquisa que realizou na Itália, no período de 1970 a 1990, ao investigar o “porquê” das diferenças sócio-econômicas entre as regiões Norte e Sul daquele país, chegando a imputar o êxito da região Norte à existência de capital social. O capital social, para o autor, (...) “diz respeito à características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p. 177). Entretanto, deve-se atribuir a Bourdieu (1980; 1983) e a Coleman (1988; 1990), o emprego moderno desse termo em seus trabalhos. Para ambos os autores, as fontes de capital social residem na estrutura de relações entre indivíduos, diferentemente do capital econômico que pode ser encontrado em contas bancárias ou do capital humano que se insere nas mentes individuais (BOURDIEU, 1983; COLEMAN, 1990).

Coleman (1990, p. 302) entende que, “assim como as outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Já Bourdieu (1983), diferenciando as formas de capital (econômico, cultural e social), caracteriza o capital econômico como algo imediatamente e diretamente conversível em dinheiro e que pode ser institucionalizado nas formas de direitos de propriedade. Por outro lado, o capital cultural seria conversível, em certas condições, em capital econômico, podendo ser institucionalizado nas formas de qualificações educacionais. Já o capital social seria composto de obrigações sociais (*connections*), conversíveis, também em certas condições, em capital econômico (BOURDIEU, 1983). Para o autor,

o volume de capital social possuído por um dado agente, depende do tamanho da rede de conexões que ele é capaz de mobilizar efetivamente e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído em seu direito próprio e por cada um daqueles a quem ele está conectado (BOURDIEU, 1983, p. 189).

Cabe destacar, ainda, duas outras características do capital social: a cumulatividade e o caráter público. De um lado, a cumulatividade diz respeito à capacidade de o capital social aumentar seu “estoque”, à medida em que confiança, normas e sistemas de participação cívica se reforçam mutuamente. Isso acarretaria equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança e reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo (PUTNAM, 2000). No entanto, no sentido contrário, adviriam perdas decorrentes do não civismo, da desconfiança e da omissão, da exploração e do isolamento, gerando condições propícias à desconstrução do capital social.

Já o caráter público do capital social remete ao fato de ele não pertencer a um indivíduo em particular, mas sim à coletividade: “por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam” (COLEMAN, 1990, p. 315). Daí, o capital social ser considerado por Coleman (1990) um bem público e algo inalienável. Bem público porque permite que o que é gerado coletivamente possa ter apropriação individual, além de poder beneficiar outras pessoas da estrutura social, não participantes diretas da geração do benefício. Inalienável porque tanto a sua manutenção quanto a sua destruição dependeriam da interação entre os indivíduos não podendo ser transferido de uma pessoa para a outra.

Mas como identificar a existência de capital social em uma comunidade? Tanto Putnam (2000) como Uphoff (2000) indicam que um de seus indícios é a incidência de variadas formas de organizações formais e informais voltadas para o bem-estar coletivo como clubes, associações de ajuda mútua, mutirões e cooperativas. Mesmo assim, torna-se necessário investigar mais detidamente as relações que permeiam tais organizações, tecidas

em torno da observância de normas de reciprocidade e confiança, ao mesmo tempo em que são assumidas obrigações mútuas entre as pessoas integrantes desse relacionamento.

É importante salientar, ainda, o caráter abstrato do capital social e, portanto, as dificuldades de verificar sua existência empiricamente e mensurá-lo, o que tem levado alguns estudiosos a explicar algo complexo como o capital social com muito pouco e a usar o termo indistintamente (WOOLCOCK, 2000; UPHOFF, 2003). Nesse sentido, este trabalho baseou-se na contribuição de Uphoff (2000), cuja ênfase está nas fontes e manifestações do capital social dispostas em duas categorias analíticas e em um *continuum* que explicita os níveis indicativos de sua existência.

2.2 Categorias analíticas e o *continuum* de capital social, segundo Norman Uphoff

Em seus estudos, Uphoff (2000; 2003) reconhece cada vez mais que o capital social ajuda a entender quando, onde e porque a ação coletiva surge e se perpetua. Para o autor,

Capital social é uma acumulação de vários de tipos ativos sociais relacionados como o psicológico, cultural, cognitivo e institucional que aumentam o montante (ou a probabilidade) do comportamento cooperativo de benefício mútuo (UPHOFF, 2000, p. 216).

Uphoff (2000) identifica duas categorias do capital social: a estrutural e a cognitiva, as quais devem ser entendidas tanto de forma dinâmica e inter-relacionada como por serem estimuladoras do que chama de Ação Coletiva Mutuamente Benéfica (*Mutually Beneficial Collective Action* – MBCA), um tipo intrínseco e observável de benefício resultante do capital social. A categoria estrutural contempla formas relativamente objetivas em suas manifestações tais como papéis, regras, padrões de interação, procedimentos e precedentes (experiências anteriores), encontradas nos vínculos verticais e horizontais existentes na organização social. Já a segunda, que diz respeito ao capital social cognitivo, manifesta-se por meio de normas, valores, atitudes e crenças, “deriva dos processos mentais e resulta de idéias, reforçadas pela cultura e ideologia” (UPHOFF, 2000, p. 218). A confiança, solidariedade, cooperação e generosidade são fatores que propiciam o reforço desta cultura. A categoria cognitiva, como o próprio nome indica, tem caráter mais abstrato sendo mais difícil de ser percebida. Com essa proposição, o autor consegue mudar o foco da análise do comportamento de indivíduos para o dos padrões de relações entre agentes, unidades sociais e instituições, da mesma maneira que introduz uma dinâmica, segundo a qual uma ou outra característica de tais formas pode prevalecer em determinadas situações. Assim, o *continuum* de capital social vai de uma situação em que ele é mínimo à outra em que é máximo, em que é mais valorizado e explicitado (objetivado) em suas manifestações. O Quadro 1(2) procura sintetizar essa idéia.

Para Uphoff (2000), do ponto de vista empírico, as duas colunas do meio – níveis elementar e substancial de capital social – são mais importantes, visto que as extremidades – o mínimo e o máximo de capital social – são Tipos Ideais, não encontrados em estado puro na realidade. Como visto no Quadro 1(2), na situação na qual o capital social é elementar (2ª coluna) a cooperação acontece porque há, primordialmente, a busca pela satisfação dos próprios interesses. Num nível mais elevado, onde o capital social é substancial (3ª coluna), a cooperação ocorre mesmo que os benefícios mais diretos sejam adquiridos somente por outras pessoas. Nessa situação, a percepção dos resultados positivos da Ação Coletiva Mutuamente Benéfica pelos membros do grupo é mais permanente e há visão de longo prazo (cooperação estratégica). Por outro lado, nos casos em que a iniciativa é motivada por uma ação de intervenção na organização social, é de se esperar que haja um caráter mais instrumental ou tático.

Quadro 1(2): O *continuum* do capital social

	Mínimo	Elementar	Substancial	Máximo
De modo geral	Ausência de interesse pelo bem-estar dos outros; procura a maximização do auto-interesse no dispêndio do outro.	Primeiramente o interesse no bem-estar próprio; a cooperação ocorre somente na extensão em que ela se torna vantagem particular.	Compromisso com o empreendimento comum; cooperação ocorre numa extensão maior quando ela é benéfica também para outros.	Compromisso para com o bem-estar do outro; cooperação não é limitada à procura de vantagens particulares; interesse pelo bem público.
Valores	Respeito pelo auto-engrandecimento	Eficiência da cooperação	Efetividade da cooperação	Altruísmo visto como algo bom por si só
Estratégia	Autonomia	Cooperação tática	Cooperação estratégica	Submergência de interesses individuais

Fonte: Adaptado de Uphoff (2000, p. 224-225).

Neste sentido, a parte observável do capital social (dimensão objetiva) que se manifesta no plano concreto das condutas e atitudes explícitas nas relações sociais de caráter mais permanente, deve ser vista conforme a existência de elementos que garantam a durabilidade das **conexões sociais**, cujo poder se evidencia na medida em que os integrantes de uma rede de relacionamento venham a investir (*invest*) mais uns nos outros (UPHOFF, 2000; UPHOFF; WIJAYARATNA 2000). Sendo assim, quanto mais conectados, maior a probabilidade de surgirem amizades e, conseqüentemente, maiores as chances de construção de capital social. Sob essa perspectiva, a análise de uma rede de relacionamento permite identificar a natureza das relações entre os atores e, conseqüentemente, apontar algo acerca do capital social que permeia tal estrutura.

2.3 Análise das redes de relacionamento (ARS): aspectos elementares para a observância do capital social

O estudo das redes de relações sociais é, por ele mesmo, abrangente e complexo. Aqui, pretende-se apenas esclarecer aspectos básicos dessas configurações sociais a fim de subsidiar a sua construção. As redes podem ser vistas como “a estrutura do campo no interior do qual estão imersos os atores sociais e políticos relevantes em cada situação concreta” (MARQUES, 1999, p. 46). Assim, a investigação das redes sociais possibilita identificar os padrões de relacionamentos e suas mudanças através do tempo.

A rede social pode ser uma comunidade geográfica, um sistema de elos ou mesmo um sistema de apoio. Representa “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de um conjunto de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72). Porém,

Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, **os efeitos das redes podem ser percebidos fora do seu espaço**, nas interações com o Estado, a sociedade, ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária (MARTELETO, 2001, p. 72) [sem grifos no original].

Para Llorens (2001, p. 137), a “vinculação em rede dos diferentes atores sócio-econômicos locais” possibilita a articulação dos recursos internos e externos, por meio da integração dos atores territoriais, públicos e privados. De acordo com Lazzarini, Chaddad e Neves (2000, p. 11), as redes são campos férteis para “a formação de ações coletivas, acesso à informação, aquisição de conhecimento, aumento do poder de barganha ou influência política,

e maior solidariedade e engajamento cívico”, ou seja, capital social. Isso porque “os intercâmbios de informações que supõem essas alianças (as redes) apresentam vantagens criadoras de sinergias, uma vez que o resultado das ações conjuntas é sempre superior à soma das ações isoladas” (LLORENS, 2001, p. 159).

A configuração dos atores em rede pode potencializar as ações de cada um favorecendo os objetivos coletivos e a solução de problemas, residindo, neste ponto, o reconhecimento de seu valor. De acordo com Frey (2003), as redes sociais possuem duas funções básicas: a de reduzir as incertezas em relação ao comportamento dos outros atores e a de conferir a melhoria no desempenho dos seus membros. Ressalta-se que essa organização social se estabelece devido à existência de objetivos e valores compartilhados entre seus membros e não pretende prejudicar a autonomia de cada um. Assim,

O estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda esta sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento da rede (MARTELETO, 2001, p. 72).

Ainda sobre o estudo das redes, Granovetter (1985) traz uma contribuição importante ao considerar que nem sempre as redes sociais detentoras de ligações fortes entre seus membros são as mais adequadas. O autor qualifica dois tipos ligações: os “laços fracos” e os “laços fortes”, sendo estes últimos aqueles que envolvem uma elevada dose de tempo e um esforço maior dedicado à relação, existindo aspectos como a reciprocidade, a feição emocional e a confiança. Já os laços fracos envolvem transações pontuais em que não há tanta preocupação com a reciprocidade e a confiança, porém, servem como “pontes” para aumentar o fluxo e a abrangência de informações numa rede de relacionamentos mais ampla (GRANOVETTER, 1985).

“Nas redes sociais há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas” (MARTELETO, 2001, p. 72). Assim, diferentemente das organizações, as redes não possuem, necessariamente, um centro de controle ou uma cúpula, mas sim uma diversidade de relações definidas quanti e qualitativamente. Porém, tal estrutura informal não impede que existam relações de poder que interfiram significativamente no desenvolvimento da rede (COLONOMOS, 1995 *apud* MARTELETO, 2001).

A análise das redes sociais (ARS) trata-se de uma aproximação estrutural ao estudo da realidade social, que exige a formalização de dados e o uso de programas de informática (MOLINA, 2002). Além disso, nos estudos das redes sociais foca as relações e não os atributos dos elementos (ainda que os dados atributivos também possam ser incorporados na análise). No entanto, a estrutura apreendida de tal análise pesa sobre as opiniões, os comportamentos e as orientações dos indivíduos.

A visualização das redes sociais no nível de comunidades e organizações permite analisar as redes locais pelo desenho das interações entre atores e as pessoas com mais influência (CLARK, 2006). Por meio de gráficos é possível identificar dois tipos de informação: 1) os nós, que representam as pessoas ou instituições; e 2) os vínculos, ou seja, as distintas relações entre os atores ou nós.

Um dos problemas em qualquer contexto social é que os atores não são homogêneos e é importante distinguir grupos de atores. A ARS oferece a possibilidade de definir entre os grupos diferentes aqueles atributos que representam suas distintas características. Com respeito aos vínculos, estes se referem à diferentes tipos de relações que se quer medir (CLARK, 2006).

De maneira específica, a utilização da ARS como um método científico se apóia em Quiroga (2003, p. 43), considerando que possibilita conhecer “os padrões de relações que se estabelecem no interior de uma determinada estrutura social”. Tal observação vai ao encontro

do proposto por Uphoff (2000) no que diz respeito aos padrões de interação como fontes e manifestações de capital social, cuja construção remete ao conhecimento de práticas locais e das formas de relacionamento regularmente estabelecidas entre os atores ao longo do tempo.

3 Metodologia

Este estudo de caso limita-se à rede de relacionamentos formada em Caranguejo Tabaiaras. Na pesquisa, a primeira etapa consistiu na identificação dos atores sociais mais relevantes no processo de implementação do projeto URBE, tendo-se recorrido ao modelo teórico de identificação de *stakeholders* de Mitchel, Agle e Wood (1997), que os entende como podendo ser pessoas, grupos ou instituições “que realmente contam”, ao mesmo tempo em que estabelecem critérios acerca dos *stakeholders* mais relevantes, os quais devem possuir três atributos combinados entre si: poder, legitimidade e urgência.

Inicialmente, foram mapeados 18 atores com potencial para influenciarem no andamento do projeto URBE, reunindo 12 lideranças locais e seis instituições. Em seguida, procedendo-se aos cálculos concernentes ao modelo utilizado, obteve-se 10 *stakeholders* definitivos dentre os quais sete lideranças locais e três instituições. Vale dizer que, como o modelo tem caráter situacional e a relevância dos atores assume um caráter dinâmico, durante o processo de pesquisa, achou-se conveniente incluir mais três atores institucionais, em face de sua considerável atuação no processo, resultando nos 13 *stakeholders* analisados.

As instituições escolhidas foram: (1) o próprio SEBRAE, como instituição criadora do projeto URBE, com dois representantes institucionais; (2) a Escola Mércia de Albuquerque Ferreira (EMAF) e (3) a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), sendo ambas entidades da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR); (4) as ONG's Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) e o (5) Centro Josué de Castro (CJC), que desenvolviam trabalhos com grupos de geração de renda voltados para atividades artesanais, carcinicultura e reciclagem do lixo; além do (6) Recanto Madre Alix (RMA), ONG aliada a Igreja Católica que atua na localidade oferecendo cursos profissionalizantes. As seis lideranças locais eram oriundas de entidades comunitárias, produtivas e culturais de Caranguejo Tabaiaras.

Os instrumentos de coleta de dados foram: observação, pesquisa bibliográfica e entrevista semi-estruturada. O emprego dos mesmos foi orientado, principalmente, por Triviños (1987). Durante a pesquisa pôde-se participar de várias reuniões realizadas entre as instituições participantes do projeto URBE e em encontros com lideranças e jovens da comunidade. Nestes encontros foram feitas anotações de campo contendo reflexões sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descritas e comentadas criticamente. Além disso, foram consultadas fontes de informações como o jornal da comunidade e documentos institucionais. Na realização das entrevistas, adotou-se um roteiro semi-estruturado de perguntas, cujas respostas foram gravadas com permissão do entrevistado e, em seguida, transcritas. Foram realizadas 16 entrevistas com duração média de hora. Posteriormente, e diante do volume de informações obtidas, procedeu-se à análise qualitativa do conteúdo considerando à possibilidade de inferência com base em temas eixo, não importando a frequência da sua aparição (BARDIN, 1977).

No que se refere à ARS, este trabalho recorreu a um manual produzido por Quiroga (2003) que permite adaptar a metodologia segundo as necessidades de cada caso (CLARK, 2006). Para a construção da rede e análise da centralidade dos atores utilizou-se os *softwares* UCINET 6.0 e o NETDRAW, ambos obtidos na Internet gratuitamente (ver www.analytictech.com/downloaduc6.htm). Após os procedimentos orientados pelo manual, obteve-se o desenho de rede de relacionamentos preliminar, ou seja, que desconsidera a natureza das relações, mas permite uma primeira visualização da situação para discussão dos resultados deste trabalho.

4. Análise dos resultados

Antes da análise da rede social que se formou em torno da implementação do projeto URBE, é importante especificar as principais ações propostas por ele e pelas entidades envolvidas. Assim, por meio da contratação de uma Agente de Campo, o SEBRAE interveio diretamente na comunidade. O principal objetivo dessa Agente de Campo nos trabalhos com a comunidade era o de mobilizar os moradores por meio das lideranças locais para a formação de grupos voltados para a mobilização social e para a geração de trabalho e renda por meio do artesanato e material reciclado.

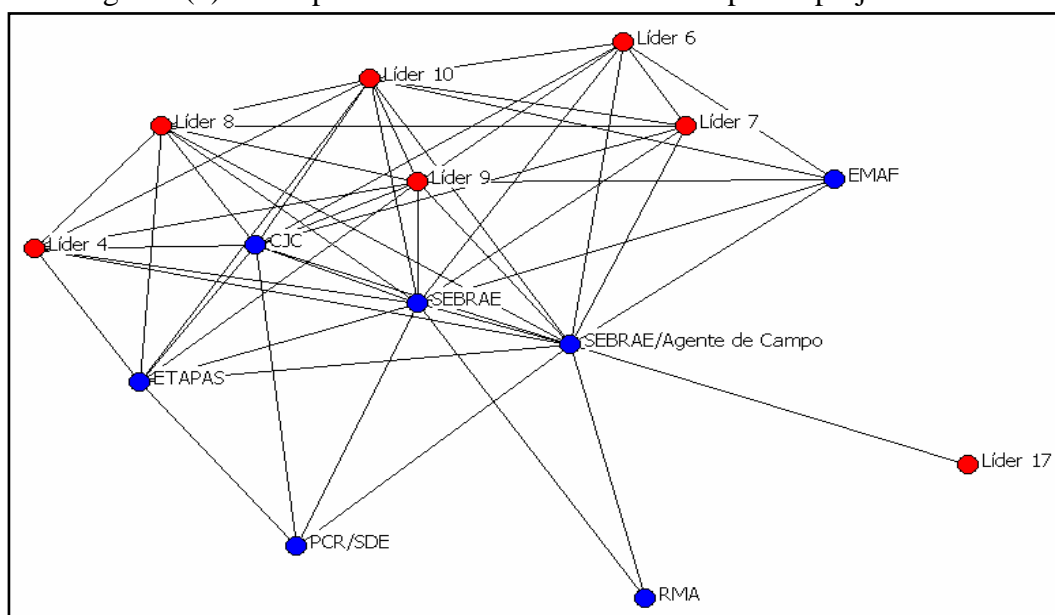
Na fase da mobilização social a troca de informações entre representantes da comunidade, o SEBRAE e as instituições foi o principal objetivo. No entanto, nas reuniões, as pessoas “não tinham uma sistemática de frequência e havia uma variação muito grande que é característica de Caranguejo Tabaires” (Agente de Campo, entrevista, 03/09/2005). Desta maneira, observou-se que poucas pessoas participavam de forma mais continuada e muitas compareciam de vez em quando. Isso ocorreu também na fase de formação de grupos para geração de trabalho e renda, na qual nenhum deles terminou os respectivos cursos. A idéia consistiu em capacitar tais grupos para que, posteriormente, pudessem ensinar os ofícios aos demais membros da comunidade interessados.

O Grupo dos Jovens Empreendedores foi constituído antes mesmo do início da implementação do projeto URBE, por meio da atuação da ETAPAS em parceria com o próprio SEBRAE, em 2003, durante a realização de um curso de artesanato. Este foi o único grupo que ganhou força, coesão e visibilidade durante o projeto URBE. Reunindo cerca de 20 jovens, ele se dedica ao trabalho com produtos reciclados, no intuito de contribuir como alternativa de geração de trabalho e renda. Desta maneira, foi em meio a estas e outras ações coletivas que o estudo da rede de relacionamento e do capital social foi empreendido.

4.1 Construção e análise das posições na rede de relacionamentos

Na Figura 1(4) estão identificados os atores mais envolvidos no projeto URBE. Os círculos vermelhos representam as lideranças comunitárias e os azuis, as instituições. No entanto, como será detalhado adiante, além do representante institucional do SEBRAE, no projeto URBE, também se incluiu a Agente de Campo do Sebrae, destacada em separado diante da importância adquirida pela mesma nessa rede.

Figura 1(4): Rede preliminar dos atores relevantes para o projeto URBE



Fonte: elaboração própria

Percebe-se que a maioria das instituições, especificamente o Sebrae e as ONG's ETAPAS e CJC, mantiveram maior número de ligações tanto com instituições quanto com lideranças comunitárias. Já a SDE/PCR, apesar de visitar constantemente a comunidade e participar dos encontros, manteve-se afastada dela e mais próxima apenas de algumas entidades, principalmente do SEBRAE que foi visto como o responsável por aproximar mais o poder público municipal da comunidade durante a intervenção. O RMA ficou articulado apenas ao SEBRAE e à sua Agente de Campo, assim como o líder 17.

Na análise das redes, as medidas de centralidade¹, de acordo com Quiroga (2003), permite conhecer a posição dos atores (nós) no interior da rede e a estrutura da própria rede. Dessa maneira, “calcular a centralidade de um ator significa identificar a posição em que ele se encontra em relação às trocas e a comunicação na rede. Embora não se trate de uma posição fixa, hierarquicamente determinada, a centralidade em uma rede traz consigo a idéia de poder” (MARTELETO, 2001, p. 76).

Na Tabela 1(4), o número de ligações indica com quantos outros atores um ator está diretamente relacionado, sendo visualmente perceptível na Figura 1(4). O grau de intermediação mostra os atores que formam “pontes” entre atores que não se conhecem ou se conhecem pouco. Já o grau de proximidade representa a capacidade que um ator tem de alcançar ou contatar os demais atores caso necessário.

No caso, as medidas de centralidade ajudaram a compreender a importância adquirida por alguns atores na implementação do projeto URBE. Percebe-se que a Agente de Campo do SEBRAE adquiriu fundamental importância neste processo, obtendo os maiores valores da Tabela 1(4), superiores aos do próprio SEBRAE. Por isso, considerou-se interessante destacá-la dos demais integrantes desta instituição. A ela foi atribuída pela maioria das lideranças a “força” especial que conduziu o desenvolvimento do projeto URBE. A obtenção pelo SEBRAE de bons índices de centralidade indica que ele cumpriu seu papel de articulador dos atores relevantes para o projeto, tendo isto sido fundamental para a construção das amizades e, conseqüentemente, do capital social. Ainda, o elevado número de ligações e o elevado grau de intermediação da Agente de Campo do SEBRAE permitem identificá-la como o principal colhedor e difusor de informações da rede. Assim, a análise da rede de relacionamentos confirma a unanimidade de opiniões obtida nas entrevistas de que a Agente de Campo foi o ator de quem o projeto mais dependia. Além disso, de acordo com Quiroga (2003), esta situação também permite inferir que este ator tem maiores chances de influenciar e de ser influenciado pelas pessoas na rede.

Tabela 1(4): Medidas de centralidade dos atores na rede de relacionamentos.

Ator/Nó	Número de Ligações	Grau de Intermediação	Grau de Proximidade
Sebrae/Agente de campo	13.0	43.5	100.0
SEBRAE	12.0	19.5	92.8
Líder 10	10.0	5.0	81.2
CJC	10.0	4.7	81.2
Líder 9	9.0	3.0	76.4
ETAPAS	8.0	2.0	72.2
Líder 8	8.0	1.4	72.2
Líder 4	7.0	0.0	68.4
Líder 6	7.0	1.4	68.4
Líder 7	6.0	0.3	61.9
EMAF	5.0	0.0	61.9
PCR/SDE	4.0	0.0	59.9
RMA	2.0	0.0	54.1
Líder 17	1.0	0.0	52.0

Fonte: Elaboração própria

Dentre as instituições, o SEBRAE, a ETAPAS e o CJC situam-se como os mais centrais, cumprindo seus papéis de mobilizadores sociais, cujo desempenho somente foi possível porque os líderes 9 e 10, principalmente, serviram de elo entre as entidades e os demais líderes. Esses atores foram considerados os mais atuantes e envolvidos com a resolução dos problemas da comunidade. Ambos à frente de organizações comunitárias, dispensaram grande parte do seu tempo e energia participando de programas e projetos de entidades interventoras na realidade local. Já os líderes 6 e 7 obtiveram relativamente baixos graus de proximidade e intermediação, apesar de serem responsáveis pela elaboração de um veículo de informação – o Nosso Jornal Caranguejo Tabaiães – consideravelmente dependente de bons contatos na comunidade.

Surpreendentemente, a EMAF, situada no meio da comunidade e palco das reuniões, oficinas e seminários ocorridos durante o projeto URBE, não pode ser vista como uma “ponte” entre os atores, até mesmo pela pouca capacidade de contatá-los. Uma última apreensão das informações contidas na Tabela 1(4) diz respeito ao relativamente alto grau de proximidade do ator 17, um dos atores mais afastados da rede analisada (baixa centralidade). De acordo com Quiroga (2003) isso ocorre quando um ator nessa situação está conectado com atores “importantes”. No caso, o fato de o ator 17 estar conectado ao mais central da rede (a Agente de Campo do SEBRAE), permite-lhe obter um nível considerável de informações e estar indiretamente conectado (e ser conhecido pelos) aos demais.

Esta análise preliminar da rede de relacionamentos permitiu identificar o desempenho de papéis informais que facilitaram a articulação pelo SEBRAE dos atores envolvidos, a difusão de informações e a mobilização de lideranças e dos demais moradores. De acordo com Uphoff (2000), formais ou não, os papéis são indicativos da existência de capital social, especificamente a categoria estrutural.

4.2 Relações sociais, padrões de interação e construção de capital social

As relações sociais e a forma como os atores interagem e se organizam indicam muito acerca do capital social construído. Entende-se que a análise de tais relações pode ser capaz de revelar padrões específicos de cooperação, envolvendo ou não bens materiais, que facilitam a Ação Coletiva Mutuamente Benéfica (UPHOFF, 2000).

A construção da rede e a análise dos relacionamentos entre os atores foram possíveis por meio de um conjunto de questões específicas levantadas no roteiro de entrevistas, no qual se procurou identificar os mais amigos, os que não se conheciam e os inimigos. Concomitantemente, as observações durante as diversas reuniões e eventos relacionados ao projeto foram fundamentais para a avaliação e complementação das informações obtidas.

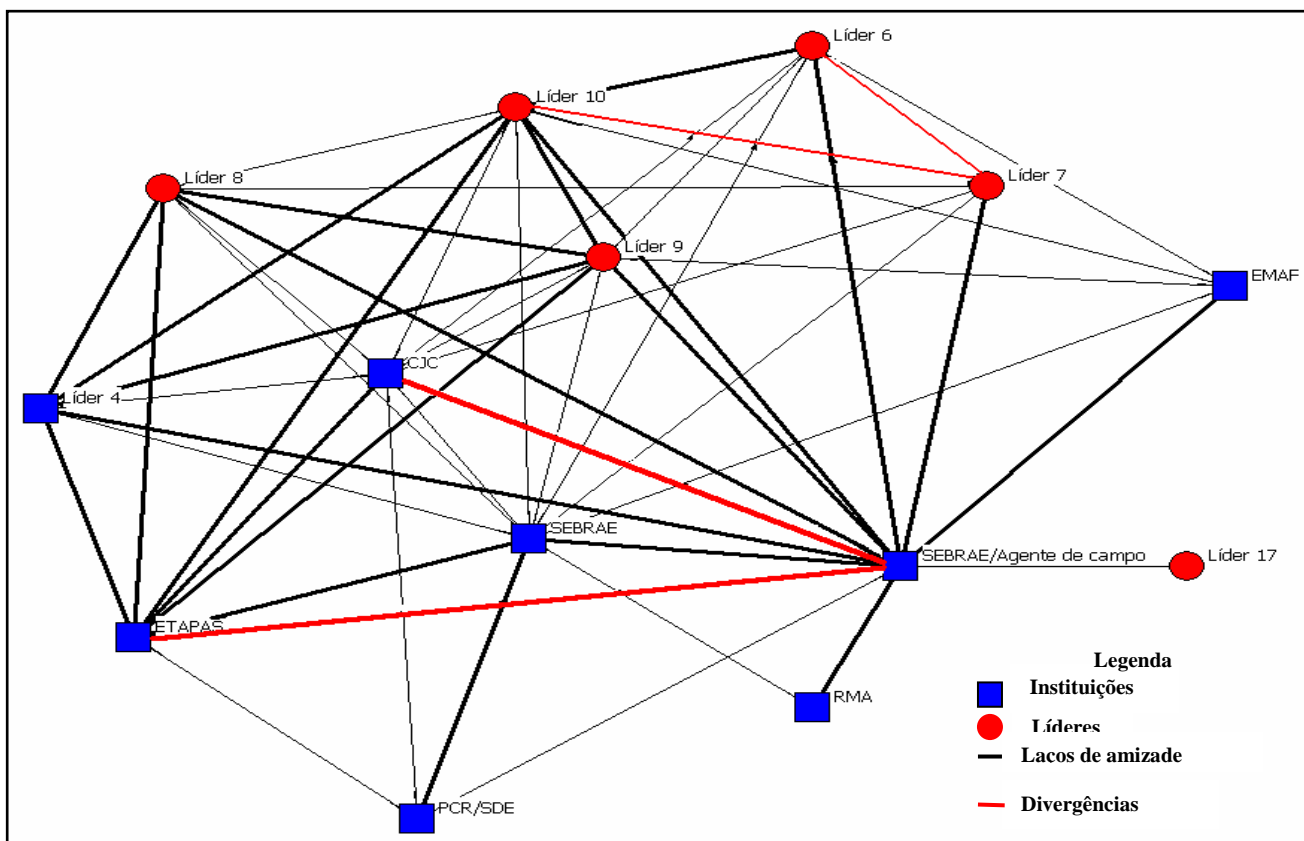
A ARS entre os 13 *stakeholders* definitivos para a implementação do projeto URBE indicou, predominantemente, dois tipos de relações: a) as de amizade, compostas por ligações fortes e fracas; e b) as de divergências, procurando-se identificar o motivo de estarem ocorrendo. As relações de indiferença não foram identificadas.

A Figura 2(4) procura mostrar como os atores estabeleceram a dinâmica de relacionamentos. Nela, buscou-se representar por meio de linhas pretas as relações de amizade. Tais relações foram identificadas perguntando diretamente ao ator quem ele considerava amigo. As linhas pretas mais espessas destacam as relações mais fortes de amizade baseadas na confiança, diante da ênfase que lhes foi dada pelos respectivos atores. As relações de inimizades ou divergências foram destacadas com linhas vermelhas, podendo ser também mais fortes ou mais fracas, conforme a espessura das linhas. Da sobreposição destas informações na Figura 1(4) anterior, obteve-se a Figura 2(4), a qual mostra que quase todos os atores estão interligados (seja por linhas pretas ou vermelhas) e, mesmo os que não identificaram ter amizade com um ou outro nas entrevistas, sugeriram que pelo menos se conheciam, indicando não haver relações de indiferença entre eles. Como se pode perceber da

Figura 2(4), foram identificados muitos laços de amizade, fortes e mais fracos. Grande parte dessas relações já existia devido ao fato de as ONG's já atuarem na comunidade e as lideranças trabalharem juntas.

Interessa salientar, ainda, que durante a implementação do projeto foram construídas relações de amizade e confiança mais fortes (representadas pelas linhas pretas mais espessas) como é o caso das relações entre a Agente de Campo do SEBRAE com quase todas as lideranças, com o RMA e com a EMAF. Ressalta-se, ainda, que esta última relação foi reconstituída durante a implementação do projeto, visto que ambos os atores não se falavam por conta de divergências ocorridas em outra situação e época.

Figura 2(4): Rede de relações entre os atores relevantes para o projeto URBE



Fonte: Elaboração própria

Outras relações construídas e fortalecidas foram as do SEBRAE com a ETAPAS e com a PCR/SDE e a relação entre a ETAPAS e o CJC. As demais, eram originárias de relações pré-existentes ao projeto URBE, a exemplo das relações da ETAPAS com os líderes 4, 8, 9 e 10, visto que essa ONG atua na comunidade há mais de 10 anos.

Uma análise superficial poderia sugerir que a existência de muitas ligações fracas na rede de relacionamentos que se formou entre os *stakeholders* do projeto URBE não contribuiu para a construção do capital social entre eles. Entretanto, como visto, a “força dos laços fracos” reside no potencial de aumentar o fluxo e a abrangência de informações entre os atores da rede (GRANOVETTER, 1985; LAZZARINI, CHADDAD e NEVES, 2000). Neste estudo, observou-se que as reuniões interinstitucionais e com as lideranças foram fundamentais para a troca de informações entre seus participantes, servindo de fonte para o estabelecimento desse tipo de laço.

No entanto, notou-se durante um certo momento do projeto, algumas relações de divergência. A mais significativa foi de natureza metodológica entre duas ONGs e a Agente de Campo do SEBRAE. Tais representantes discordaram da forma escolhida para o

fortalecimento das lideranças locais: “eu não concordo com algumas práticas, metodologias com os jovens, com as lideranças. Eu acho que algumas coisas vão ao contrário a algumas coisas que a gente está fazendo” (Representante da ETAPAS, entrevista, 17/08/2005). Esta situação foi, de acordo com a opinião destas entidades, um dos motivos que, em determinados momentos, provocou a ausência delas em algumas reuniões de mobilização de líderes comunitários, como demonstra o depoimento abaixo:

(...) a relação com a Agente de Campo foi um desafio. Foi porque pela forma como ela trabalhava a comunidade, e às vezes ela se colocava na relação com a ONG como alguém que estava checando o que a gente estava fazendo (...) Então para mim o desafio foi conviver com determinadas posturas dela, e ela era a pessoa do Sebrae na área (...). Tanto é que do grupo interlocutor foi um lugar que não me estimulou a participar (Representante do CJC, entrevista, 26/08/2005).

Apesar da afirmação de que o problema era de natureza metodológica, as observações permitiram levantar um problema de empatia nesta relação que dificultou os trabalhos, embora não tenha provocado rompimento de parcerias e acordo estabelecidos. Percebeu-se, realmente, a existência de um certo “protecionismo” ou “demarcação de espaço” dentro da comunidade por parte de algumas entidades. Acredita-se que esse fato trouxe dificuldades para a própria articulação dos atores sociais e, conseqüentemente, para a construção do capital social.

Por fim, ainda pôde ser identificada mais uma relação conflituosa, entre os líderes 7 e 10, ambos lideranças locais. Esta divergência ocorreu no final das investigações e pareceu ser algo passageiro, superficial e comum em processos dessa natureza.

4.3 Da existência de capital social no projeto URBE: o que mostra o *continuum*

Segundo foi levantado, no tocante aos motivos que levaram as instituições a participarem do projeto URBE, cabe dizer que eles variavam desde a crença nos bons resultados que o projeto poderia alcançar por meio do trabalho coletivo, até a obtenção de mero *status* por estarem atuando numa comunidade que chama a atenção de instituições estrangeiras. Adicionalmente, a possibilidade do estabelecimento de parceria com o SEBRAE, pelo fato de poderem obter financiamento para as ações canalizadas para o projeto se configuraram como fortes motivos para o engajamento de algumas entidades nesse empreendimento coletivo.

Diante disso e, retornando ao *continuum* do capital social exposto no Quadro 1(2), pode-se inferir que algumas entidades, em alguns momentos, foram mobilizadas pela eficiência da cooperação com o SEBRAE adotando uma estratégia de ordem tática. Ou seja, embasada por características de um nível apenas elementar de capital social.

Pareceu também plausível que a aproximação com o SEBRAE, por parte de alguns líderes e moradores da comunidade, tenha sido fruto da curiosidade em saber se ele traria recursos financeiros para os mesmos. De acordo com a percepção de um dos representantes do SEBRAE, “de imediato eles pensavam logo em dinheiro, como se o SEBRAE fosse levar dinheiro, muita riqueza” (Agente de Campo do SEBRAE, entrevista, 03/09/2005). Tal suposição confirmou-se pela observação do comportamento de alguns moradores no início do projeto e quando deixaram de participar ao terem percebido que a proposta do SEBRAE não se relacionava com o repasse de recursos financeiros, mas que requeria o esforço coletivo, a participação e ações conjuntas. Voltando aos níveis do capital social, pode-se dizer ter havido atitudes características do nível mínimo, onde há ausência de interesse pelo bem-estar dos outros e a busca exclusiva pela satisfação de interesses próprios.

Antagonicamente, no outro lado do *continuum*, notou-se por parte da maioria das lideranças atuantes no projeto URBE, a generosidade ao contribuírem para a continuidade da luta pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, reafirmando a intenção de continuar

“doando” parte do seu tempo e sua energia pelo bem-comum. Assim, atitudes altruístas, características do nível máximo do capital social também foram identificadas.

De maneira geral, o entendimento foi de que havia certa atitude de benevolência por parte das lideranças em relação à sua comunidade. Apesar da baixa participação dos moradores nas ações voltadas para o bem-comum, essas lideranças pareciam estar confiantes em relação aos resultados que poderiam ser alcançados em benefício de toda a comunidade. Alguns líderes, inclusive, sentiam-se felizes em poder ajudar.

Esse misto de características, dentro de um mesmo grupo, dos níveis mínimo, elementar, substancial e máximo de capital social permite afirmar que “devemos, realmente, falar em nível de capital social”. Como mostra Uphoff (2000), o capital social pode ser entendido num *continuum*, de modo que no grupo investigado, ele poderia estar desigualmente distribuído. No caso, pode-se inferir que o elemento “auto-interesse”, característico de uma situação onde o capital social é mínimo (ver Quadro 2 (2)), encontrado em alguns membros do grupo investigado, dificultou, mas não inviabilizou a Ação Coletiva Mutuamente Benéfica durante a implementação do projeto URBE.

Assim, as fontes e manifestações de capital social existentes entre os *stakeholders* definitivos para o projeto URBE, exerceram impactos positivos no seu desenvolvimento, na medida em que regras, papéis e procedimentos influenciaram a dinâmica das reuniões, o fluxo de informações e a administração de recursos. Além disso, a orientação para a cooperação e formação de parcerias, principalmente das ONG's e do SEBRAE, contribuíram para que seus representantes atuassem de forma recíproca. Dentre as lideranças, a existência de solidariedade foi fonte fundamental de capital social cognitivo, na medida em que seriam elas inoperantes na luta pelo bem-comum da comunidade se ele não existisse. Pareceu concentrarem-se nestas lideranças as expectativas de uma ação coletiva de caráter virtuoso.

5 Conclusões

A análise da rede de relacionamentos permite afirmar existir capital social entre os atores mais relevantes do projeto URBE. Houve, inclusive, realimentação de capital social, não obstante o processo tenha revelado algumas dificuldades, tais como as atitudes de auto-interesse e as divergências metodológicas em alguns momentos da trajetória analisada. No entanto, o capital social disponível não foi suficiente para que o projeto URBE rompesse com a acomodação vivida pela maioria dos moradores fruto da descrença nos resultados das ações coletivas que levou à dissolução e a fissão dos grupos formados e ao esvaziamento dos encontros agendados.

A identificação de papéis informais e padrões de interação concernentes ao grupo foram fontes indicativas de capital social por facilitarem as Ações Coletivas Mutuamente Benéficas. Da mesma forma, as atitudes voltadas para outras pessoas, a solidariedade, o voluntarismo e boa vontade, principalmente por parte das lideranças comunitárias, evidenciaram fortes indícios da existência de capital social cognitivo (UPHOFF, 2000), sem o qual talvez elas fossem inoperantes na luta pelo bem-comum (COLEMAN, 1990). Além disso, a orientação para a cooperação e formação de parcerias, principalmente das ONGs e do SEBRAE, contribuíram para que seus representantes atuassem de forma recíproca.

O equilíbrio entre o número de laços fracos e fortes construídos e reconstruídos no desenvolvimento do projeto pode ser visto como um fator positivo, na medida em que a exclusividade de laços fortes poderia levar o grupo ao isolamento ou a excluir outras entidades e líderes do processo, como alerta Portes (1998). Isso se faz importante porque durante toda a implementação do projeto outras instituições foram convidadas a participar, embora não tenham se engajado tanto a ponto de serem identificadas como *stakeholders* definitivos. Da mesma forma, os demais moradores da comunidade foram constante e insistentemente chamados a participar dos trabalhos.

Entretanto, a construção de laços mais fortes, sob a perspectiva do capital social, é importante na medida em que eles viabilizam ações que exigem confiança mútua e reciprocidade. Embora não fosse expressiva, a formação da rede de relacionamentos durante o projeto URBE possibilitou o surgimento de importantes relações dessa natureza.

Por outro lado, apesar da crítica em relação à atuação da Agente de Campo do SEBRAE por parte de algumas entidades, não se pode negar ou negligenciar ter sido esta a principal articuladora e difusora de informações dentro da rede. Por meio dela, o SEBRAE pôde cumprir o seu objetivo de interferir diretamente na comunidade, como era de seu interesse, e não apenas servir de financiador das ações de ONGs.

Adicionalmente, é inescapável dissociar a ocorrência de uma certa “disputa” pela atenção das lideranças comunitárias acerca do descontentamento em relação à abertura de novos espaços de discussão. Entretanto, persistiram a busca pelo alcance de objetivos compartilhados e a preocupação com o bem-estar da comunidade, de modo que as divergências não levaram ao rompimento das relações de parceria, preservando a autonomia de cada membro. Isso demonstra, de acordo com Frey (2003), que a rede de relacionamentos cumpriu uma das suas funções básicas conferindo melhoria no desempenho dos seus membros.

Neste trabalho, percebeu-se a pertinência de entender o capital social em níveis (ou “estoque”, conforme definem alguns autores) diante da identificação de características variadas de auto-interesse, cooperação tática e estratégica, bem como atitudes altruístas dentro de um mesmo grupo voltado para o cumprimento de um objetivo maior: o desenvolvimento da comunidade. De maneira simplificada, pode-se inferir que o capital social na rede de atores do projeto URBE foi oscilante entre o nível elementar e o substancial. As relações entre as instituições podem ser vistas como mais táticas, uma vez que os motivos para o estabelecimento de parcerias foram, fundamentalmente, de ordem econômica ou relacionada à obtenção de prestígio. Já entre a maioria das lideranças engajadas no projeto, o dispêndio de energia em prol de todos os moradores demonstrou haver consciência de que as ações coletivas valem a pena, mesmo quando os resultados não são imediatos, caracterizando uma cooperação de ordem estratégica. Dessa forma, as lutas por melhores condições de vida na comunidade, pelo funcionamento adequado do posto de saúde, pelo calçamento de algumas ruas, por idosos, mulheres e crianças representavam ações válidas e que deveriam continuar, mesmo que, muitas vezes, parte da comunidade não reconhecesse os resultados alcançados. Diante disso evidenciou-se a existência de normas de ajudar aos outros e de incorrer os mesmos custos e benefícios de um grupo maior.

Em geral, apesar da predominância de laços de amizade, alguns reforçados pelas relações de confiança, e do estabelecimento e bom desempenho de papéis, deve-se atentar para o fato de que foram formadas expectativas que precisam ser satisfeitas pelas entidades interventoras, pois se incorre no risco de os poucos atores que ainda se sentem motivados a participar e a se comprometer com as tentativas de melhorar as condições de vida de toda uma comunidade, terem seu capital social reduzido dificultando futuras intervenções.

A análise da rede de relacionamentos demonstrou ser um instrumento adequado para investigações acerca do capital social, devendo contar, entretanto, com outros instrumentos metodológicos e de coleta de dados, como a observação e as entrevistas semi-estruturadas, de forma que subsidiem a complementação e a confirmação dos dados quantitativos obtidos na aplicação de modelos e programas.

Conclui-se que o processo de implementação do projeto URBE sofreu influência direta do capital social existente entre os atores na rede, em um processo que está longe de ser rápido e ausente de conflitos. Ainda, a superação das divergências, mesmo que constantes, e a submersão de atitudes de auto-interesse são fundamentais para a contínua construção e consolidação do capital social.

¹ Nas medidas de centralidade pode-se obter, ainda, uma série de dados estatísticos descritivos que comparam os valores obtidos com o conjunto da rede, como o grau médio, a variação total a normalização dos graus encontrados (QUIROGA, 2003). No entanto, tais informações não foram consideradas significativas para esta pesquisa.

Referências

- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In. BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital**. In. _____ Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2). Goetting: Otto Schartz & Co., 1983. p. 183-198. Título Original: “Ökonomisches Kapital, kulturelles kapital, soziales kapital”. O artigo aparece pela primeira vez em inglês traduzido por Richard Nice.
- BUARQUE, SÉRGIO C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.
- CLARK, Louise. Manual para el mapeo de redes como una herramienta de diagnóstico. Disponível em: < www.anaytictech.com/downloaduc6.htm >. Acesso em 07 nov. 2006.
- COLEMAN, James S. Social Capital in the creation of human capital. In. WINSHIP, Christopher; ROSEN, Sherwin (org.). Organizations and Institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure. **American Journal of Sociology**, v. 94, supplement, p. 95-121, 1988.
- _____. Social Capital. In: _____. **Foundation of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. Cap. 12, p. 300-321.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In. BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 187-228.
- FREY, Klaus. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 165–185, 2003.
- GRANOVETTER, Mark. The strenght of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 91, n. 3, p. 1369-1380, nov./1985.
- LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Política & Trabalho**, n. 17, p. 46-63, set./2001.
- LAZZARINI, Sérgio G.; CHADDAD, Fábio R.; NEVES, Marcos F. O conceito de capital social e aplicações para o desenvolvimento e estratégias sustentáveis. **Preços Agrícolas**, p.10-13, Maio/2000.
- LLORENS, Francisco Albuquerque. Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento. In. **Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. p. 135-160.
- MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 45-67, out/1999.
- MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência de informação. Brasília: Ci. Inf. v. 3, n 1, p. 71-81, jan./abril, 2001.
- MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organização & Sociedade**, EAUFBA, v. 11, Edição Especial, Salvador, 2004.

- MITCHEL, Ronald K; AGLE, Brandley R; WOOD, Donna J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **The Academy of Management Review**. Briarcliff Manor: v. 22, n. 4, p. 853-887, Oct/1997.
- MOLINA, José Luis. **El análisis de redes sociales**: una introducción. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- PERES, Fernando Curi. Capital social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços agrícolas**, p.6-9, maio/2000.
- PORTES, Alejandro. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review Sociology**, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998.
- PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- QUIROGA, Águeda. Introducción al análisis de datos reticulares: prácticas com UCINET6 y NetDraw1. Disponível em: www.anaytictech.com/downloaduc6.htm. Acesso em: 07 nov. 2006.
- SEBRAE. **Programa SEBRAE para o desenvolvimento sustentável em áreas metropolitanas - URBE**. Brasília, out/2003. Projeto.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In. ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo. **Capital social e reducción de la pobreza em América Latina e el Caribe**: em busca de um nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL e Universidad del Estado de Michigan, 2003. p. 115-147.
- _____. "Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation". In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital. A multifaceted perspective**. Washington, The International Bank for Reconstruction and Development/The WORLD BANK, 2000. p. 215-253.
- UPHOFF, Norman; WIJAYARATNA, C. M. **Beneficios demostrados del capital social a productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka**. Original em inglês publicado em World Development, v. 28, n. 11, nov./2000.
- WOOLCOCK, Michael. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. [s.l]; **The World Bank**, 2000.